

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobrelôja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Gilberto Motta (MTb 957/SC)
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)
Tiragem: 800 exemplares

Nº 1049

STF toma posição e impõe autonomia na questão do PCS

Em sessão administrativa nesta quarta-feira, dia 3, os ministros do STF reafirmaram a posição do ministro Cesar Peluso de enviar mensagem à Presidência da República incluindo os recursos do PCS na proposta orçamentária do tribunal para 2012. Após a sessão administrativa, o representante do SINTRAJUSC, Nildomar Freire Santos, o Nildão, participou de reunião com o ministro Ayres Britto (leia os detalhes abaixo).

Aprovada por unanimidade, a peça contempla os valores para implementação integral do PL 6.613/09, o PCS, a partir de janeiro. Também estão incluídos na previsão os recursos relativos ao projeto que reajusta o subsídio dos magistrados e ao PL 319/07, que cria o adicional de qualificação para os técnicos judiciários com nível superior.

Conforme a Constituição Federal, as propostas advindas do Poder Judiciário não poderão sofrer cortes por parte do Executivo, uma vez que cabe a este Poder fazer apenas a consolidação das propostas elaboradas pelos tribunais, dentro dos limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias. De acordo com o parágrafo 4º do artigo 99 da CF, o governo só poderia fazer ajustes se houvesse desacordo com a LDO, o que não é o caso do PCS, já que o artigo 78 da lei aprovada em julho prevê a possibilidade de revisão salarial para os servidores do Judiciário Federal.

Após a sessão, coordenadores da Fenajufe reuniram-se com o diretor geral do STF, Alcides Di-

niz, que os informou de que a ata da sessão administrativa seria divulgada na quinta-feira, 4, explicitando a decisão tomada pelo colegiado do Supremo. Alcides informou, ainda, que a previsão é que a mensagem a ser enviada ao Executivo, com a proposta orçamentária do STF, seja finalizada até esta sexta. O mesmo procedimento deverá ser adotado pelos demais tribunais superiores e conselhos nos próximos dias.

Na avaliação do diretor geral, essa decisão do STF reforçará a pressão da cúpula do Judiciário para que seja, de fato, estabelecido um canal de negociação com o governo federal, envolvendo os projetos citados. Segundo Alcides Diniz, os recursos previstos na peça orçamentária do Judiciário serão para atender o impacto do projeto original.

FENAJUFE SE REÚNE COM AYRES BRITTO

Os coordenadores da Fenajufe também se reuniram com o vice-presidente do STF, ministro Ayres Britto, que considerou um avanço a decisão da sessão administrativa do Supremo, de reafirmar o envio da proposta orçamentária ao Executivo. O ministro, que se considerou otimista com a decisão a partir de proposição da Presidência, acredita que agora as negociações terão avanços favoráveis ao fechamento de um acordo para o reajuste dos servidores. "Essa decisão é

muito importante, uma vez que se trata de uma posição do STF respaldada por todos os ministros", avaliou ele.

Também participaram da reunião com o vice-presidente do Supremo os coordenadores do Sindjufe-BA Rogério Fagundes e Aline Esquivel e o representante do Sintrajusc-SC Nildomar Freire Santos. Na avaliação dos coordenadores da Fenajufe, a decisão do STF é importante para pressionar o governo a fechar um acordo necessário à aprovação do PL 6.613/09. No entanto, eles consideram fundamental a intensificação da mobilização, conforme o calendário aprovado pela Fenajufe.

Na avaliação do coordenador Jean Loiola, ao longo de todo esse período de luta desde que o PCS chegou ao Congresso Nacional, essa medida foi a mais contundente que o STF tomou no sentido de fazer valer sua autonomia. No entanto, ele faz um alerta importante para a categoria. "Embo-

ra os valores que constarão da peça orçamentária prevejam o pagamento integral do PCS, acredito que a iniciativa visa construir uma negociação. Desse modo, não descarto que, no processo, possa haver um parcelamento", avalia.

Na avaliação de Nildão, um dos elementos importantes foi que se elevou o patamar da negociação com essa decisão do STF, porque não se trata apenas da avaliação de um Ministro ou do Presidente do STF, e sim do Supremo, o que caracteriza a autonomia do Judiciário diante dos demais Poderes: "Agora o Supremo chamou para si esta autonomia".

Nildão diz que, neste momento, é hora de a categoria entrar em campo e demonstrar sua força, e isso irá se concretizar na Caravana a Brasília. "A parte interessada nesta luta tem que mostrar sua cara, lotar os ônibus e participar dos Atos na Capital Federal", finaliza.

Da Fenajufe e do Sintrajusc

Reunião no TRT discute cálculos da Gratificação Judiciária

Em reunião no Serviço de Preparo de Pagamento do TRT12, realizada nesta quinta-feira, dia 4, a Coordenadora do SINTRAJUSC Denise Zavarize e o Assessor Jurídico Luciano Carvalho da Cunha obtiveram a confirmação de que o cronograma referente aos cálculos da Gratificação Judiciária está sendo cumprido pela Administração do Tribunal. Também foi informado que isso ocorrerá até setembro, data que já havia sido anunciada desde o ano passado para a conclusão deste trabalho.

Como o Sindicato informou no *Informe Jurídico Especial* de fevereiro deste ano, tão logo transitou em julgado a ação ordinária que reconheceu o direito à Gratificação Judiciária, o Sindicato deu início às tratativas com o TRT12 para verificação dos beneficiários e os respectivos valores. Após algumas reuniões, restou fixado o mês de setembro de 2011 para a apresentação, por parte daquele órgão, dos cálculos e demais dados indispensáveis para a propositura da execução.

Servidor na luta!

No dia 24 de agosto, os servidores do Judiciário Federal e do MPU realizarão um grande Ato Público, em Brasília, no STF e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

O SINTRAJUSC disponibilizará ônibus especial para levar uma Caravana ao Ato do dia 24 de agosto.

Calendário:

23/08: Manhã (SAÍDA);

24/08: Ato em Brasília;

25/08: Durante o dia, conversa com parlamentares no Congresso, e RETORNO a Florianópolis à noite, com CHEGADA prevista para o dia 26/08 (SEXTA-FEIRA).

Os servidores que desejarem integrar a Caravana deverão entrar em contato com o SINTRAJUSC no e-mail administrativo@sintrajusc.org.br ou (48)3222-4668 para confirmação até o dia 10 de agosto.